

PERCEPÇÕES SOBRE A ESCOLA NA ATUALIDADE: A PERPETUAÇÃO DAS VIOLÊNCIAS NO BRASIL

Mila Macedo Veríssimo

Atualmente, é possível e necessário considerar que as formas de organização da escola estão atreladas à uma lógica capitalista empresarial. Em consequência, observa-se que as ações pedagógicas das escolas não podem ser vistas como desassociadas dos interesses políticos e econômicos de quem as organiza. Assim, destaco que tais fatores são de extrema importância para se pensar o sistema educacional brasileiro.

No cenário da educação atual, os indivíduos que aprendem e participam do ensino de cunho tradicionalista, mesmo nas escolas em que uma suposta inclusão é incentivada, acabam por fazer parte de um processo de aprendizagem que os ensina a reproduzir discursos que, de modo geral, violentam sujeitos ditos “diferentes”, sendo estes excluídos, marginalizados. A partir dessa ideia, a escola se torna e permanece como uma instituição que, em geral, emprega poucas possibilidades para que os estudantes desenvolvam novos olhares sobre o mundo, o que impacta, inevitavelmente, na perpetuação das violências existentes no Brasil.

A partir do ponto de vista descrito, pergunto: as formas de organização e estruturação da escola moderna podem ser consideradas como contribuintes para uma violência sistêmica relacionada ao modo de viver capitalista?

Primeiramente, é imprescindível deixar claro que, ao pensar na escola como contribuinte para perpetuação de discursos violentos, não se desvincula as instituições de ensino da sociedade. Ou seja, a escola não é algo separado da sociedade, em que teria sua cultura e valores como externos e independentes aos da coletividade. Ao contrário, ela não pode ser desvinculada de sua comunidade: é necessário observá-la como implicada nos desdobramentos culturais, políticos e econômicos. Como afirma Tunes (2007), “a escola é sociedade”. É nesse sentido que ela pode ser vista como uma instituição importante para se pensar na perpetuação da violência no Brasil.

A escola atual se encontra em grandes dificuldades de assumir qualquer ruptura com a lógica de um modelo empresarial, mercadológico. Assim, faz sentido apontar algumas características das instituições de ensino que ajudem a compreender esse argumento. Por exemplo, há na escola moderna um processo de institucionalização de tempo e espaço específicos (BOTO, 2017). O tempo e o espaço, da maneira como são organizados na escola,

ordenam uma forma cultural a ser adotada, em que há a naturalização dessa instituição como dividida em idades, séries, como aplicadora de exames periódicos para avaliação do nível de aprendizagem, e delimitadora de um espaço que é bem demarcado, o que se evidencia até mesmo na forma como os estudantes se sentam diariamente: eles praticamente não variam seus lugares, sentam sempre nas mesmas carteiras (BOTO, 2017). A ordenação do espaço mantém o controle por parte dos professores, além de manter o controle que os próprios alunos exercem sobre eles mesmos (BOTO, 2017).

Ainda a respeito das características da escola na atualidade, percebe-se a ausência de uma distinção entre o tempo da escola, que seria tempo de socializar, de compartilhar, de desejar, e o tempo do mercado, que por sua vez é insaciável, rotativo (SILVA, 2003). Atualmente, a escola funciona no tempo do mercado e assim parece buscar a produção de humanos objetificados, que servem a ele, assim como defende Silva (2003, p. 298). Complementando seu pensamento: “é preciso abreviar-se, o mercado não espera!”.

Nesse sentido, observo alguns valores de base nas instituições educacionais, como o enaltecimento da competitividade ou o aprender não por verdadeiramente compreender, mas para alcançar um objetivo traduzido em notas. O enaltecimento de valores como esses faz com que sejam perpetuadas convicções de que o mais importante é pensar em si e obter resultados individuais, ao invés de valorizar o compartilhamento de experiências e a construção coletiva do conhecimento. Assim, tais ideais fomentam a continuidade de um modo de viver que se descuida, se omite e se desresponsabiliza frente ao outro, o que pode ser também uma forma de alimentar a perpetuação de discursos que violentam esse outro, especialmente aqueles que são vistos como “anormais” ou “diferentes”.

Nesse ponto, a ideia proposta por Tunes (2007), ao comentar que a noção de inclusão presente nas escolas relaciona-se a uma lógica excludente, é útil para a minha reflexão. Tentar integrar os “diferentes” não colabora com a compreensão de que todos são diferentes e que têm suas próprias individualidades, corroborando com a permanência de ideias e discursos que excluem determinados grupos. A respeito dessa lógica de exclusão, é imprescindível considerar que aqueles que são excluídos na escola também o são na sociedade. Os excluídos dos tempos modernos são os sujeitos “desnecessários”, ou até mesmo “ameaçadores”, que por sua vez colocariam em risco a vida dos “bem sucedidos”, através de atos como os praticados na violência urbana (TUNES, 2007).

Com base nos argumentos anteriormente discutidos, observo que seja nesses pontos em que se abre a possibilidade de se relacionar as práticas escolares, os valores mantidos pelas instituições de ensino com a violência em nosso país, já que esta é cada vez mais sustentada e

mantida por ideias excludentes, por pensamentos que não corroboram com o modo de pensar no outro, nesse marginalizado. A escola, por sua vez, mesmo quando supostamente tenta incluir, exclui. O olhar dos professores sobre os alunos, em grande parte das vezes, não é compreensivo em relação às particularidades de cada estudante. As regras imperam, os alunos mal têm o direito de se posicionar, de opinar. Os alunos param de ser participantes e se tornam majoritariamente observadores passivos. Quando o conteúdo transmitido é concluído, o foco é sempre a prova, ou os exames de vestibular. Para quê? Para garantir que, ao conseguir uma vaga na faculdade cobiçada, a vida continuará “digna”, como comenta Tunes (2007, p. 16). Caso contrário, o destino seria irreparável. O humano se tornaria sem utilidade alguma, podendo ser, sob perspectivas diferentes, o alvo ou o gerador de violência.

Considerando tais reflexões a respeito da escola, é difícil esperar que nosso futuro seja de menos exclusão e competitividade, ou mesmo de menos violência. Como dito anteriormente, é a partir dessas características escolares que a violência pode ter sua terra adubada para “florescer”. No Brasil, nossa história é marcada por dominações de uma minoria que acaba impedindo a autonomia do povo, e, em relação à educação brasileira, o cenário não muda: a violência é perceptível, as relações de tirania permanecem, seu funcionamento conta com a dominação de grupos pequenos sobre uma maioria (MUNDIM NETO, 2017). Assim, é dessa maneira que surge espaço, na escola, para a propagação de ideias que visam o controle dos sujeitos, através de estratégias que ameaçam, que nutrem o medo, de maneira que a violência acaba sendo naturalizada (MUNDIM NETO, 2017).

As instituições de ensino, na atualidade, colaboram cada vez mais com a lógica do sistema econômico que vigora em nosso país. Cabe aos cidadãos, que precisam estar cientes de seus direitos, questionar a forma de funcionamento das escolas. Como sociedade, nos encontramos em um cenário delicado e desafiador, no qual a sensação muitas vezes é de impotência, tristeza e raiva. Nos vemos em situações em que não conseguimos desenvolver alternativas, e temos alguma expectativa de que surjam soluções de não tão longo prazo. Entretanto, intervir nessa lógica educacional certamente será muito mais trabalhoso. Porém, apesar dos desafios, a educação é a porta de entrada para a implementação de inúmeras novas ideias que auxiliam no desenvolvimento social, cultural e econômico de nosso país, de maneira que deve ser sempre posta em foco, como elemento essencial para a garantia da melhoria da qualidade de vida da população brasileira. Uma educação que incentive o olhar cauteloso para o outro e a necessidade de vivências em coletividade poderia estimular relações menos violentas, principalmente a partir de um novo olhar e de novas ações frente àquele outro que é excluído da sociedade.

REFERÊNCIAS

BOTO, C.. A civilização escolar como projeto político e pedagógico da modernidade: cultura em classes, por escrito. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 23, n. 61, p. 378-397, dez 2003.

MUNDIM NETO, J. F.. **A Crise da Educação Contemporânea e a Escola**: O que paira sobre o chão que pisamos?. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

SILVA, M. A.. Do projeto do Banco Mundial ao Projeto político-pedagógico da escola pública brasileira. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 23, n. 61, p. 283-301, dez 2003.

TUNES, E.; PEDROZA, L.P.. O silêncio ou a profanação do outro. **Revista Virtual de Gestão de Iniciativas Sociais**, v. 9, p. 16-24, 2007.